

“SÓ JESUS CRISTO SALVA”: PRÁTICAS E REPRESENTAÇÕES DOS BATISTAS SOBRE O PROCESSO DE REDEMOCRATIZAÇÃO (1979 – 1995)

Rafael Cardoso dos Santos¹
Dr. Elizete da Silva²

“E não sede conformados com este mundo, mas sede transformados pela renovação do vosso entendimento, para que experimenteis qual seja a boa, agradável, e perfeita vontade de Deus.”
Romanos 12:2

Introdução

Esta comunicação objetiva estudar como os batistas baianos e os de Feira de Santana representavam o processo de redemocratização política que viveu o País após a ditadura civil militar. A participação de membros da Denominação Batista em partidos políticos de “esquerda” como o Partido dos Trabalhadores (PT) e a criação do Movimento Evangélico Progressista (MEP) são analisados como fatores determinantes para a construção de uma nova mentalidade e novas práticas religiosas e políticas.

Analiso nesse artigo as relações entre Batistas e a vida partidária da política brasileira. Dentro desse processo, podemos ver as relações de barganha política, no período ditatorial, e o ressurgimento dos progressistas, nos anos 1980, onde eles passam a ter mais espaço dentro da política nacional e das próprias comunidades batistas. O cerne desse artigo é olharmos o conflito entre conservadores e progressistas e como as ideologias de cada grupo se alinhava ao conflito político que passou a existir nos anos 1980: a velha direita x a nova esquerda.

O artigo é fruto de pesquisas, reflexões e leituras dentro do Centro de Pesquisas da Religião (CPR) ao longo da minha graduação em Licenciatura em História. É, também, o tema de minha pesquisa como bolsista PROBIC/FAPESB e da minha monografia/TCC. Me utilizo, na pesquisa, dos conceitos de práticas e representações de Roger Chartier (1990), quando trabalho os discursos e como a Denominação Batista enxerga a sua relação com a política, nos jornais denominacionais, e como vêm a postura dos progressistas dentro da denominação em conjunto com a ideia que formulam de relação política.

Trabalho também com o conceito de Campo Religioso, de Pierre Bourdieu (1974), e a relação Religião e Política, onde um campo legitima o outro. Usando esse conceito,

podemos entender o porque de, por exemplo, no período da Ditadura Militar, notarmos a presença de autoridades em grandes eventos dos Batistas e a presença de pastores e outros membros de comunidades batistas assumindo cargos importantes no governo. Assim como, os progressistas que, nos anos 1980, assumiram cargos políticos em partidos de esquerda, em busca de dar visibilidade aos seus ideais.

Os batistas e a política: uma breve visualização.

A Denominação Batista foi instalada no Brasil em 1882, na cidade de Salvador, no dia 15 de outubro. O grupo teve de se adaptar com a realidade da sociedade brasileira o que não se deu de forma harmoniosa por ser um País de religião oficial católica. As representações protestantes sobre os católicos eram negativas e aos olhos dos fiéis da Igreja Católica os batistas também o eram.

No que tange ao campo da política, essa relação não foi diferente. De acordo com Silva, “as atividades políticas não deviam constar como preocupação, pois o reino deles, tal qual o de Jesus, não era desse mundo” (Silva, 1998, p. 94). Para o grupo “As práticas políticas (...) ficaram sempre muito próximas do princípio da submissão à autoridade e da oração pelos que estão investidos de poder” (Idem, p. 105). A forte presença cultural católica na política nacional levou os missionários a pregarem, sempre, o afastamento dos membros brasileiros da política. Esse comportamento vai perdurar durante décadas, como prática dos batistas.

O grupo religioso, querendo ou não, estava atrelado à imagem dos Estados Unidos e, conseqüentemente, trazia a imagem do progresso, demonstrando a inter-relação existente entre religião e política e, no caso brasileiro, como a imagem de um grupo religioso de origem anglo-saxônica estava atrelada ao ideal de progresso. Esse fator facilitou o crescimento de grupos protestantes como os batistas. Segundo Silva “as nações que eram governadas por líderes protestantes, a exemplo dos EUA e da Inglaterra, eram sempre citadas como um paradigma a ser seguido, como um verdadeiro reforço à ideia de que o Evangelho podia solucionar os problemas políticos nacionais” (Silva, 1998, p. 107).

Para Santos, em seu artigo *Protestantismo e Modernidade*, o campo protestante, enquanto grupo religioso, contribuiu para o processo civilizatório além de vir atrelado ao ideário de progresso e modernidade, o que é demonstrado em alguns estudos anteriores. Porém, o autor afirma que a relação Protestantismo – Modernidade faz parte de uma

construção histórica, ao invés de ser uma relação natural. Conforme o autor: “O que queremos dizer é que, se há afinidade entre protestantismo e modernidade *ela não se dá de forma natural e congênita, mas a partir de construções históricas, religiosas e culturais específicas* (grifo meu)” (Santos, 2008, p. 189). Tal afinidade no caso brasileiro, pôde ser notado além dos discursos, pois “as próprias ações demonstraram o quanto as formas do protestantismo estabelecidas no Brasil pensavam-se vinculadas a um movimento inexorável de modernização e modernidade” (Idem, p. 191).

Já na primeira metade do século XX, não só os batistas, mas os protestantes históricos em geral, tinham um crescimento numérico expressivo e muitos membros detinham um *status* social de classe média. O discurso de não envolvimento com a política passou a ser questionado. A tarefa proselitista dos batistas podia, então, ser facilitada pela participação política. Porém, as preocupações desses reformados eram, basicamente, duas: liberdade religiosa e disputa de espaço religioso com o catolicismo.

Podemos observar, motivados por fatores internos e externos, que a partir da década de 40, do século XX, o número de protestantes que buscavam espaços sociais dentro da política passou a crescer consideravelmente. Silva em *Protestantismo ecumênico e realidade brasileira*, afirma:

Eram poucos, mas líderes em suas respectivas denominações, a exemplo do presbiteriano Antônio Teixeira Queirós, de nobre família presbiteriana de Pernambuco; Augusto Nogueira Paranaguá, de tradicional família batista do Piauí, cujo genitor Dr. Joaquim Paranaguá, senador da República, *havia se convertido às doutrinas batistas ao final do mandato*; Alberto Stange Júnior, capixaba e também de origem batista; Basílio Catalá Castro, baiano, professor do Colégio 2 de Julho, presbiteriano e eleito pela UDN; Osny Fleury Silveira, advogado, filho de tradicional família paulista, também presbiteriano (grifo meu). (Silva, 2010, p. 64).

Não se sabe quais motivos levaram à conversão do Dr. Joaquim Paranaguá exatamente ao fim de seu mandato. O que podemos notar é que a “mensagem de salvação” dos batistas chegou até os ouvidos do senador que passou a fazer parte da comunidade batista e que levou toda sua família à adesão. Isso demonstra o grau de expansão das missões batistas que não estavam restringidas aos grupos de baixa renda, mas começava a penetrar nas classes médias ou nos grupos dominantes.

Segundo Almeida, a ideia da participação política no período dava aos grupos protestantes “uma grande oportunidade de espriar e consolidar uma religiosidade que

tinha dificuldades em ser aceita somente pelo proselitismo nas igrejas e nas escolas” (Almeida, *apud*, Silva, 2010, p. 64). Em outro texto do mesmo autor, com o título de “*O estabelecimento do Reino de Deus*”: *Razões históricas para o antiecumenismo brasileiro*, ao falar de estratégias da Igreja Metodista para se firmar frente às outras denominações e os outros grupos religiosos, quando analisa a obra de James Long Kennedy, articulista e influente missionário norte-americano, afirma:

O autor, legítimo representante da visão religiosa protestante norte-americana, ao descrever com minúcias os percursos de organização de igrejas e escolas, ofereceu aos protestantes brasileiros os critérios que considerava atinentes à expansão religiosa de uma igreja minoritária: valorização do ensino escolar, comportamento individual e coletivo exemplar e cuidado com os princípios religiosos condicionados. A negatividade do catolicismo, visto como diferente a ser confrontado, permeia toda a sua obra (Almeida, 2010, p. 129)

Ou seja, além de uma forma de criar uma identidade e de consolidar um crescimento – através da política e do proselitismo – fazer frente ao catolicismo era mais uma estratégia, até mesmo política quando entrava em jogo interesses dos protestantes. O problema é que esses terminavam por fazer frente a outras Denominações que também estavam crescendo no Brasil formando disputas internas no campo protestante. De acordo com o Vasni Almeida:

Com o título *O exclusivismo batista – uma vergonha para o Evangelho*, os batistas foram acusados de se posicionarem perante os demais protestantes brasileiros “(...)tal qual os judeus frente aos gentios no início do cristianismo” e serem os causadores de transtornos ao insistirem na tese de que somente eles propagandeavam a “verdadeira religião cristã” por praticarem o batismo por imersão. (Idem, p. 132)

Esse debate demonstra uma característica comum dos batistas, o exclusivismo doutrinário, e que será sempre fruto de discordâncias, cisões e conflitos com os grupos progressistas no interior da Denominação. Essa postura fortaleceu o antiecumenismo, inclusive com outras denominações protestantes. Eram e ainda são contrários ao unionismo³.

Do regime civil militar ao renascer da democracia

Durante a “linha dura”

No período do Regime Civil Militar, iniciado com o golpe de 1964, os batistas deram mais um passo em busca de visibilidade política. De acordo com Silva (2009), em *Protestantes e o governo militar*:

A pseudo-omissão política dos irmãos desvelou-se publicamente: não só legitimavam o regime militar, mas passaram a colaborar com as instâncias governamentais e a pleitear, num jogo de intensas barganhas, cargos e postos políticos em nível federal, estadual e municipal. (Silva, 2009, p. 40)

Essa participação política destoava da representação dos batistas sobre as atividades políticas e mostra que essa participação era efetiva e influenciaria no período da redemocratização do País. Em 1964, o Pr. José Reis Pereira, fez um discurso que iria definir qual a postura tomada pelos batistas ante o Governo Militar:

Alegra-nos saber (pelo menos até agora) que o movimento de salvaguarda da democracia verificou-se sem sangue. Os objetivos do movimento estavam tão de acordo com o que quer o povo, que não houve resistência (...) Agora é possível prosseguir na conquista de tanta coisa que é, realmente, necessária para que tenhamos um Brasil melhor⁴

O Golpe Civil Militar era visto com louvor; a situação apontava para uma facilitação na melhoria do Brasil e, de acordo com o tema da campanha nacional do período – “CRISTO, A ÚNICA ESPERANÇA” (Almeida, 2011, p. 53 – 54) – eles viam o período das vacas gordas para o trabalho evangelístico. Provavelmente era do conhecimento do articulista batista que enquanto uma camada da sociedade comemorava a “A mão amiga” do Governo Militar com sua Revolução, outra parcela – as mais pobres e em desvantagem política – sentia o “braço forte” da linha dura do exército brasileiro.

A partir do golpe o grupo tomou uma postura repressiva e se aproximou mais dos governantes do período, posição que lhes deu maior visibilidade social. Na Bahia “as alianças entre o governo militar e os batistas baianos culminaram com a indicação do Dr. Clériston Andrade, advogado bem sucedido, alto funcionário do Banco do Estado da Bahia e diácono batista conceituado, ao cargo de prefeito da cidade de Salvador, para o período de 1971 a 1975” (Silva, 2009, p. 43). Ficou marcado na história dos protestantes em geral, inclusive dos batistas, o fato de que no regime ditatorial estes “não representavam grande resistência política nesse período, havendo até mesmo inúmeras demonstrações de aceitação aos presidentes-militares” (Guimarães, 2002, p. 33)

Essa aproximação com o golpe de 1964 garantiu a vários líderes protestantes cargos e posições dentro da política-administrativa no processo de consolidação do Regime Militar, sendo um caso inusitado na História do Brasil, onde um País culturalmente católico, acabou por ver crescer, dentro das instâncias políticas, o número de protestantes

em cargos políticos e cargos administrativos, como exemplo maior temos o ex-Presidente General Ernesto Geisel, que era Luterano⁵. De acordo com Ferreira:

A fidelidade manifestada de forma individual ou coletiva qualificaria os protestantes conservadores brasileiros para o exercício de funções de responsabilidade político-administrativa no processo de consolidação de um regime político congenitamente carente de legitimidade social. De forma que o Brasil, país de esmagadora maioria católica, experimentou, pela primeira vez em sua história, a ascensão de um segmento de cristãos protestantes em postos de elevada responsabilidade política (Ferreira, 2010, p. 87)

Almeida, em “*O comunismo é o ópio do povo*” aborda as representações dos batistas sobre o Governo Militar, mais precisamente a ambiguidade entre a posição conservadora da Convenção Batista Baiana (CBBa), refletida na liderança de muitas comunidades batistas e a existência de grupos progressistas que sofriam perseguição pela postura crítica frente ao Governo Civil Militar. A autora demonstra exemplos de membros de comunidades batistas de Salvador que tinham altos cargos políticos.

A Convenção Batista Baiana, no período estudado, reunia dezenas de comunidades, destaca-se dentre elas: a Igreja Batista Sião, dirigida à época pelo pastor e militar da reserva Rev. Valdívio de Oliveira Coelho e a Igreja Batista Dois de Julho, pastoreada por Ebenézer Gomes Cavalcanti, advogado e deputado estadual pela UDN em 1950. (...) Destacaram-se também, o político Raymundo Brito, deputado federal por quatro vezes consecutivas (1954, 1958, 1962 e 1966 sendo as três primeiras pela UDN e após o Golpe Civil-Militar pela ARENA), que apesar de não fazer parte da membresia – era esposo da Dr^a Alzira Coelho, irmã do pastor Valdívio Coelho e uma poderosa mulher batista – mantinha estreitas relações entre sua atuação política e a Denominação Batista; e o diácono batista Clériston Andrade prefeito da cidade de Salvador entre 1971 e 1974. (Almeida, 2011, p. 90)

Em 1979, em artigo no *Jornal Batista*, o Pr. José Reis Pereira criticava a atitude subversiva da Igreja Católica ao defender o Pe. Vitor Miracapillo, que havia se negado a rezar a missa de 7 de setembro, em Recife, justificando sua atitude com a denúncia da falta de liberdade das instituições no Brasil, causadas pelo Governo Militar. Ele condenava a atitude do padre como uma afronta ao Supremo Tribunal e afirmava:

Mas não sabemos se essa declaração arquetípica foi mais grave que a do famoso bispo espanhol, *simpatizante confesso dos “heróis” marxistas*, que, num desafio ostensivo, explodiu: “A decisão (de expulsar o padre italiano do Brasil) indica a impotência subserviente do judiciário (...) Não somente o povo não é livre, como também não são livres as instituições deste país?” Esse outro eclesiástico falador insulta nessas palavras o Supremo Tribunal só porque não decidi, conforme ele, talvez, esperasse, dada a pressão do episcopado por ocasião do julgamento (grifo meu)⁶

A negação do padre italiano em rezar a missa não foi o que incomodou os batistas, pelo contrário! Um católico se negar a fazer um sacramento de seu credo seria até bastante cômodo para a Denominação; criticar o governo foi o que levantou as críticas do articulista batista, esse foi o motivo de tamanha revolta. Isso nos faz lembrar uma característica do grupo que deve ser sempre ressaltada: a obediência aos políticos. De acordo com Silva:

Muitas famílias, por esforços próprios ou arranjos clientelistas, passaram a ter em seu seio profissionais liberais, professores, comerciantes e demandava paridade política e prestígio social. Como outra face da mesma moeda, o prestígio político se constituía como uma espécie de barganha onde os evangélicos ofereciam a obediência e o respeito às autoridades constituídas e recebiam em troca apoio e manutenção das liberdades de consciência e religiosa (Silva, 2010, p. 65)

Um verdadeiro jogo de barganhas políticas.

Conflitos ideológicos

No interior da Denominação Batista, assim como em outros grupos protestantes, refletiam o quadro político da sociedade. Os grupos conservadores viram, no início do governo repressor e conservador a chance de “calar” movimentos progressistas e ecumênicos no interior de suas comunidades, o que pode ser observado quanto às mudanças que ocorreram dentro da Confederação Evangélica do Brasil (CEB).

A deflagração do golpe de estado contra o governo João Goulart dotou os círculos mais conservadores do protestantismo do Brasil de circunstâncias excepcionalmente favoráveis para um ajuste de conta com as tendências renovadoras. (...) Foram também atingidos órgãos interdenominacionais como a CEB e a União Cristã dos Estudantes do Brasil (UCEB), resultando na dissolução da Comissão Igreja e Sociedade, responsável pela estruturação da IV Conferência, e na marginalização institucional da UCEB. Era o final de uma época na trajetória do protestantismo brasileiro e o início de novos dias à sombra de um poder político ditatorial em processo de consolidação (Ferreira, 2010, p. 86)

Durante o Regime Civil Militar, esses grupos progressistas ficaram “a mercê” do interesse e das ligações políticas que os conservadores conquistaram durante o período. A União Cristã dos Estudantes do Brasil (UCEB), era formada por secundaristas evangélicos que tinham uma visão política e revolucionária de ação cristã. Com o início do Regime Militar, esta vai ser desarticulada, chegando a deixar de existir.

O conservadorismo batista se alinhou à política conservadora da extrema direita militar, o que acabou por entrar em choque com a máxima da Denominação de não

participação política, quando na realidade, desde a instalação do Golpe Civil Militar o discurso não andou conjuntamente com a prática. Alguns grupos satanizavam os movimentos de linha marxista e passaram a perseguir grupos progressistas, que mais tarde iriam dar força ao Movimento Evangélico Progressista (MEP).

A única organização ativa seria a Aliança Bíblica Universitária do Brasil (ABUB), que na Ditadura, por ter uma postura menos politizada e mais bíblica, passou a ser a única instância a não ter suas atividades encerradas. De acordo com Quadros “Depois de instalada a ditadura militar, a UCEB tentou manter-se ainda por dois anos, mas seus participantes terminaram por dispersar-se. A JUC também foi esfacelada nessa conjuntura pós-1964. Em 1966 a CNBB decretou oficialmente a extinção do movimento. A ABUB tornou-se o único movimento nacional a trabalhar com a articulação entre a vida estudantil e a vida religiosa” (Quadros, 2011, p. 50)

Como a ABU passou a ser a única organização paraeclesial de caráter estudantil a permanecer ativa, diante dos movimentos revolucionários de 1968 e com as movimentações sociais a partir de 1974, quando o governo militar passa a “afrouxar” a linha dura da política, eles começaram a se envolver mais com as questões sociais e políticas. Em 1974 foi realizado o Congresso de Lausanne que deu início, tendo John Stott enquanto sintetizador, a Teologia da Missão Integral, que alinha o pensamento cristão ao envolvimento com todas as esferas da sociedade, inclusive a política.

Os conservadores e as autoridades amigas

Desde a década de 1960 que eram comum nos grandes eventos das comunidades batistas a presença de autoridades locais, estaduais e até em nível federal. Também podemos citar as concessões de rádios e horários em canais de televisão para a exibição de programas evangélicos e para ajudar em campanhas, como foi o caso da 2ª Campanha Nacional com o tema “Só Jesus Cristo Salva”. Nos anos 1980 essa prática era recorrente e acontecia com muita frequência.

Um exemplo foi a obtenção pela Rádio Difusora Ebenézer LTDA., do canal 13, onde seria usado para fins proselitistas. A conquista desse canal foi vista como um milagre divino, sendo que o Pr. Nilson Fanini iniciara o programa REENCONTRO, justamente, no canal 13 e que fora dado ao pastor pelo Presidente Figueiredo, que “demonstrou simpatia pela obra realizada pelos batistas”⁷. Essa “sensibilidade” não foi por acaso. Na verdade era

fruto do comportamento adesista de setores protestantes, vistos pelos políticos como “povo ordeiro” e que não causava problemas tendo seus ideais alinhados aos ideais políticos dos governantes militares.

Essa relação das comunidades com os governantes, na Bahia, foi muito comum nos anos 1980. Em artigo no *Batista Baiano*, quando fala da posse do novo pastor da Igreja Batista de Cruz das Almas, estavam presentes o prefeito e vice-prefeito da cidade. O administrador da cidade chega a dizer, em discurso, que está se “pondo à disposição do Pastor Jonas, com as portas da Prefeitura abertas à Igreja Batista”⁸. E essas presenças ilustres não paravam por aí. Na 57ª Assembléia da Convenção Batista Baiana, realizada na cidade de Valença “o prefeito, Sr. João Leonardo da Silva, que na primeira noite da Assembléia convencional entrega a chave da cidade aos batistas, fez uso da palavra e manifestou sua alegria e grande satisfação pelo empreendimento”⁹.

Essas “congratulações” e “disposições” dos líderes locais das cidades, nada mais eram que um reflexo dessa imagem de “povo ordeiro” e que apoiava sempre as autoridades constituídas, fruto da representação baseada no texto bíblico de Romanos 13¹⁰. Por serem um grupo minoritário, o apoio de políticos de influência local daria maior força para que a Denominação pudesse fincar raízes e crescer no campo que estava sendo instalado ou que o trabalho já estava sendo realizado.

Mesmo diante dessas relações é interessante notar como o discurso de não envolvimento político era vigente, mesmo ainda que contraditório com as práticas. Em artigo do Pr. Isaltino Gomes Filho, no *Jornal Batista*, afirmou: “Sou um liberal que rejeita a tentativa de dar ao ministério de Jesus uma dimensão totalmente política”¹¹. O mais intrigante, é que esse discurso data do ano em que foi escrita a Constituição Federal atual, logo após a Constituinte, onde o número de evangélicos no Parlamento já era significativo.

O Jornal Batista criticava os evangélicos constituintes que não se preocuparam em assegurar a liberdade religiosa: “Foram 29 constituintes evangélicos que propuseram 111 emendas” sendo que “das 111 emendas, apenas uma trata da liberdade religiosa”¹². A luta pela liberdade religiosa era uma garantia contra a Igreja Católica, antiga adversária do Protestantismo, e que no Brasil tinha uma vantagem histórica e cultural sobre a população. Esse foi o motivo pela crítica que *O Jornal Batista* dirigiu aos constituintes evangélicos.

Essa postura, mais tarde, foi criticada pelos Evangélicos Progressistas. A participação política dos grupos conservadores, em sua maioria, não ultrapassava a crítica a um feriado ou dia santo, a construção de um templo católico, ou a simples luta histórica dos protestantes pela manutenção da liberdade religiosa, quando não atendia a interesses das comunidades. Isso pode ser notado no discurso de Guilherme Falcão, eleito vereador em 1982, pelo PMDB oriundo da Aliança Bíblica Universitária de Maceió que diz:

Há uma concepção de que o testemunho parlamentar evangélico é brigar sobre um feriado da padroeira de fulano de tal, e dar título de cidadão a alguns pastores, e nome de pastores a algumas ruas. Nós acreditamos que uma atuação evangélica efetiva é aquela que demonstra o caráter de Deus através da luta pela justiça, a liberdade, a paz e o amor, no sentido de não gerar um clima de ódio, mas sim um clima de respeito, de discussão, e um clima que leve à justiça. A nossa luta tem sido nessa linha de representar o caráter de Deus através de atos concretos, requerimentos ou projetos, que levem a uma sociedade mais justa, e não de recitar versículos sem tentar viver essa mensagem (Quadros, 2011, p. 75 e 76)

Os anos 80: a volta da disputa política

Nos anos 1980 houve um ressurgimento desses grupos que viram na política de reabertura e no processo de esquerdização política uma chance de voltarem a ter voz. A política nacional foi marcada por uma crescente entrada de indivíduos de diversas denominações protestantes em cargos e partidos políticos. Esse período se caracterizou por uma crescente legitimação do campo político como uma esfera pertinente para a missão dos variados grupos protestantes, como uma parte do trabalho evangélico “neste mundo”. De acordo com Burity:

Saindo do período autoritário como um dos segmentos mais conformistas da sociedade, um fiel aliado do regime (ou aquiescendo silenciosamente a este), essas igrejas se viram, no entanto, diante das pressões oriundas do apoio crescente ao movimento de resistência democrática, especialmente entre jovens estudantes, profissionais liberais e pastores. Além do mais, as igrejas tiveram de responder a tal questão em meio a outros atores políticos, com o Estado, os partidos políticos, e as formas emergentes de ação coletiva (novo sindicalismo e movimentos sociais). (Burity, 1995, p. 9)

Isso demonstra uma mudança no comportamento desse grupo que foi a filiação a partidos que seguiam uma linha marxista e esquerdista, que foram duramente criticados e perseguidos durante a Ditadura Militar e que passaram a ter, não só o apoio, mas a participação direta de membros. De acordo com Machado essa participação dos evangélicos na política partidária é fruto da Teologia da Missão Integral. Este era o

chamado “modelo encarnacional”, que criava um conceito de santidade ligado ao exemplo de Cristo. Segundo Machado:

Estes grupos se apresentavam como sendo portadores de uma compreensão teológica de seu lugar no mundo expressa no seu conceito de Teologia da Missão Integral, nas quais mantinham uma confissão teológica evangélica conservadora, aliada a um discurso político considerado, naquele momento, como progressista (Machado, 2011, p. 10)

De acordo com Lyndon Santos:

As décadas da redemocratização traziam para a experiência evangélica oportuna de expansão numérica e institucional, a afirmação das identidades denominacionais, a criação de uma entidade representativa frente à Sociedade e ao Estado (Confederação Evangélica do Brasil – CEB) e a formação de uma intelectualidade própria e ecumênica. (Santos, 2008, p. 182)

O Congresso Brasileiro de Evangelização (CBE – 83) foi o responsável pelo surgimento de dois movimentos evangélicos o Movimento Evangélico Progressista (MEP) e a Associação Evangélica Brasileira (AEVB). Machado afirma:

O CBE, além de influenciar a agenda da igreja evangélica brasileira, serviu para dar maior visibilidade a toda uma nova geração de líderes *evangelicais*, dentre os quais se encontram aqueles que, posteriormente, estiveram comprometidos com a militância política em sindicatos, partidos políticos, movimentos estudantis e comunitários, e na formação da Associação Evangélica Brasileira (AEVB) e do Movimento Evangélico Progressista (MEP). (Machado, 2011, p. 59)

O MEP surgiu em 1990 como fruto de uma articulação da esquerda confessante e grupos progressistas de atuação política. Foram organizados dois fóruns de debates (1991 e 1993), que contaram com o apoio e participação de líderes de renome da política nacional. Em 1995 foi realizado seu primeiro encontro nacional, porém, foi organizado institucionalmente em 1997, no III CONMEP – Congresso Nacional do Movimento Evangélico Progressista, em 6 de julho de 1997. De acordo com o seu Estatuto: “Art. 1º - O Movimento Evangélico Progressista, doravante denominado nesse estatuto de MEP é uma associação civil, sem fins lucrativos, de cristãos evangélicos comprometidos com um projeto de ação político-social da perspectiva da ética cristã, fundado em 6 de julho de 1997.”¹³

Este grupo tinha como objetivo reunir protestantes inseridos em partidos políticos de esquerda e que tinha como meta fazer uma profunda mudança no regime político do

período, reacendendo a chama democrática no Brasil. Essa ideia é afirmada pelo Senador Walter Pinheiro, do PT, um dos fundadores do movimento. Conforme seu relato:

Esses conflitos permitiram a gente, exatamente, criar um movimento no Brasil que depois resultou no MEP (Movimento dos Evangélicos Progressistas), pensando em juntar todo mundo que estava em partidos de esquerda, em partido que negava o regime atual, buscavam um processo de consolidação democrática no Brasil e que achava que nossa participação, em conhecendo a verdade, teria que se dar dessa mesma forma intensa.¹⁴

O objetivo principal do movimento era conscientizar os cristãos da necessidade de uma participação política verdadeira. Não mais a relação clientelista comum aos protestantes do período, onde os políticos se levantavam em favor dos interesses particulares da igreja, mas como cidadãos conscientes da importância da cobrança de uma política democrática e justa. De acordo com o Estatuto do MEP:

Art. 3º - São Finalidades do MEP

I – Mobilizar membros de Igrejas evangélicas para defender os princípios éticos do Evangelho na política e zelar para que sejam respeitados;

II – Pronunciar-se e posicionar-se em nome de seus membros sobre fatos relevantes da vida nacional, exercendo deste modo ação pastoral, reflexão teológica, diaconia e ministério profético, denunciando iniquidades sociais, violações aos direitos humanos e ao meio ambiente.¹⁵

No livro escrito por Robinson Cavalcanti em 1985, *Cristianismo e Política: teoria bíblica e prática histórica*, ele afirmava que era inadmissível para o cristão estar longe dos assuntos políticos do seu País. Este autor foi um dos fundadores do Movimento Evangélico Progressista, e foi um dos coordenadores nacionais da Aliança Bíblica Universitária do Brasil (ABUB) e um dos representantes da campanha pró-Lula. Esse pensamento era uma das bases de ação do MEP. O autor opinava que:

Sendo a atividade política algo necessário, válido e digno, os cristãos esclarecidos, devem se fazer presentes, interessados em gerir a coisa pública (res publica), não só para assegurar o seu direito e cumprir suas obrigações (e os de sua família, sua igreja, de sua categoria profissional, etc.), mas para permeá-la de valores que redundem em um maior benefício para todos e cada um. É o que a Bíblia nos ensina a e História atesta. (Cavalcanti, 1985, p. 20)

Um fator a ser ressaltado foi a presença dos integrantes do MEP, que em sua maioria faziam parte do Partido dos Trabalhadores (PT), estavam a frente dos Comitês Evangélicos pró-Lula. No texto de Machado, podemos ter um panorama mais claro da formação da influência desses comitês na campanha de Lula, em 1989.

Estes comitês proporcionaram o surgimento de iniciativas inéditas, tais como: as 13 propostas do governo Lula para as confissões, instituições e comunidades religiosas; a carta de Lula aos evangélicos; a circulação de cartilhas populares; uma mala direta para pastores e líderes, desfazendo boatos e estimulando a formação de novos comitês (Machado, 2011, p. 84 – 86)

Esse período dos anos 1980 e 1990 é marcado pela esquerdização de vários setores da sociedade brasileira. Com os batistas não foi diferente. Após a constituinte a visibilidade deste e de outros grupos evangélicos aumentou e muito; a participação e conscientização política também. Membros dos arraiais batistas se lançaram candidatos na Bahia e, assim como na sociedade, se dividiam em progressistas e conservadores; esquerdistas e direitistas. Sobre essa relação política, Guimarães afirma:

Dois nomes receberam manifestação de apoios aos batistas baianos, e no seio das Igrejas Batistas de Feira de Santana na década de 1990, quais sejam: Walter Pinheiro (PT) e Gerson Gabrielli (PFL), ambos membros de Igrejas arroladas no rol cooperativo da Convenção Batista Baiana, e que se toranaram deputados federais, compondo a gama de evangélicos no Congresso Nacional (Guimarães, 2002, p. 38)

Esses dois nomes representam as duas alas presentes dentro da Denominação: Walter Pinheiro representava a ala progressista, alinhado ao Partido dos Trabalhadores, e que fazia severa oposição ao Regime Militar; Gerson Gabrielli, por sua vez, fazia parte de um partido de direita, o Partido da Frente Liberal – que era liderado por Antonio Carlos Magalhães, maior representante da direita baiana – e que se alinhava ao comportamento conservador da Denominação.

Considerações Finais

Como toda pesquisa historiográfica não é plena, esta ainda está em andamento. Há muitas perguntas sem respostas e muitas hipóteses que podem ser confirmadas ou descartadas. Ainda há muito o que pesquisar e no que se aprofundar. Porém, de antemão, podemos tirar algumas conclusões mediante a empiricidade apresentada pelas fontes e por estudos anteriores.

O que podemos confirmar é que os Batistas, a partir da década de 1960, e mais ainda após o Golpe Civil Militar de 1964 ganhou espaço e visibilidade política. A ocupação de cargos políticos-administrativos é um exemplo disso. O antigo conflito entre conservadores e progressistas, durante o Regime Militar, adormece por conta do domínio obtido pelos conservadores, por estarem alinhados à ideologia do governo militar e por sua

proximidade com este. A partir dos anos 1980 os progressistas aproveitam a reabertura política e o “afrouxamento” da “linha-dura” dos militares e o fim do bipartidarismo para lançar suas ideias, acerca da ação cristã- evangélica e da ação política se alinhando aos partidos de oposição. Os anos 1990 seguem legitimando essa caminhada que culmina, em 1997, na institucionalização do MEP e na chegada de vários progressistas ao Congresso Nacional. A visibilidade destes e suas ideias crescem tanto a nível nacional quanto nos arraiais das comunidades batistas. Hoje em dia, muitos compõem a Frente Evangélica no PT.

Referência Bibliográfica

ALMEIDA, Luciane Silva de. “*O comunismo é o ópio do povo*”: Representações dos Batistas sobre o comunismo, o ecumenismo e o Governo Militar na Bahia (1963 – 1975). Feira de Santana, UEFS, 2011. (Dissertação de Mestrado)

ALMEIDA, Vasni. “ ‘O estabelecimento do Reino de Deus’: Razões históricas para o antiecumenismo brasileiro”. In. DIAS, André Luis Mattedi; COELHO NETO, Eurelino Teixeira; LEITE, Marcia Maria da Silva Barreiros (org.). *História, cultura e poder*. Feira de Santana: UEFS Editora; Salvador: EDUFBA, 2010

BOURDIEU, Pierre. *Economia das Trocas Simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1974.

BURITY, Joanildo. *Religião e democratização no Brasil: reflexões sobre os anos 80*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1995.

CHARTIER, Roger. *A História Cultura: Entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990

FERREIRA, Muniz. “Insurgência, conciliação e resistência na trajetória do protestantismo ecumênico brasileiro” In. DIAS, André Luis Mattedi; COELHO NETO, Eurelino Teixeira; LEITE, Marcia Maria da Silva Barreiros (org.). *História, cultura e poder*. Feira de Santana: UEFS Editora; Salvador: EDUFBA, 2010

GUIMARÃES, Tarcísio Farias. *Os Batistas e as questões políticas em Feira de Santana*. IN. Epistemê, Feira de Santana, ano 4, n.1, jan/jun 2002.

MACHADO, Ziel. *Sim a Deus, Sim à Vida: Evangélicos redescobrem sua cidadania*. Novos Diálogos Editora, Rio de Janeiro, 2011.

QUADROS, Eduardo Gusmão de. *Evangélicos e mundo estudantil: uma história da Aliança Bíblica Universitária do Brasil (1957 – 1987)*. Rio de Janeiro: Novos Dialogos Editora, 2011

SANTOS, Lyndon de Araújo. “Protestantismo e Modernidade”. In. Projeto História: revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo n. 0 (1981) – São Paulo: EDUC, 2008.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo (1964 – 1985)*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

SILVA, Elizete da. *Cidadãos de Outra Pátria: Anglicanos e Batistas na Bahia*. USP. São Paulo, 1998.

_____. *Protestantes e o governo militar: convergências e divergências*. IN. ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro. *Ditadura Militar na Bahia: novos olhares, novos objetos, novos horizontes*. Salvador: EDUFBA, 2009.

SILVA, Elizete da. *Protestantismo Ecumênico e Realidade Brasileira: Evangélicos Progressistas em Feira de Santana*. Feira de Santana: Editora da UEFS. 2010.

TRABUCO, Zózimo Antonio Passos. *Entre a ruptura cultural e a contextualização: a construção da identidade batista em Feira de Santana*. Salvador, UFBA, 2006 (Dissertação de Mestrado)

Notas

¹ Graduando em Licenciatura em História pela Universidade Estadual de Feira de Santana e Bolsista pelo PROBIC/FAPESB.

² Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo – USP; Professora plena pela Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS.

³Cf. Quarto capítulo da tese de TEIXEIRA, Marli. “... nós, os batistas...”: um estudo de história das mentalidades. São Paulo, USP, 1983. (Tese de Doutorado)

⁴ *O Jornal Batista*, p. 1, 5/4/1964

⁵ Cf. SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo (2a. ed.)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

⁶ *O Jornal Batista*, p. 3, 16/11/1980

⁷ *O Jornal Batista*, p. 5, 4/3/1984

⁸ *O Batista Baiano*, p. 1, 3/1980

⁹ *O Batista Baiano*, p. 1 e 2, 7/1980

¹⁰ “Toda a alma esteja sujeita às potestades superiores; porque não há potestade que não venha de Deus; e as potestades que há foram ordenadas por Deus. Por isso quem resiste à potestade resiste à ordenação de Deus; e os que resistem trarão sobre si mesmos a condenação.” Romanos 13:1-7. (BIBLIA SAGRADA)

¹¹ *O Jornal Batista*, p. 2, 13/3/1988

¹² *O Jornal Batista*, p. 12, 13/3/1988

¹³ Estatuto do MEP, acessado no dia 09/12/11

¹⁴ Entrevista concedida ao autor pelo Senador Walter Pinheiro em Encontro de Casais, na Igreja Batista Avenida, no dia 18 de setembro de 2011.

¹⁵ Estatuto do MEP, acessado no dia 09/12/11